

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)

ROSALENA BARBOSA MOTA

RESENHA CRÍTICA

SALVADOR

2013

## UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)

**Rosalena Barbosa Mota**

Administração e Gestão da Educação: Uma discursão conceitual introdutória

Resenha do texto “Administração e gestão da educação”, de Rosilda Arruda Ferreira.

A autora analisa, inicialmente, a condição de atuação da gestão da escola pública no Brasil. Problemas e perspectivas diversas que se apresentam vinculadas a projetos sociais, culturais e políticos conflitantes, que são expressos em duas principais óticas: a primeira observa a gestão da escola partindo da referência que é denominada gestão pela qualidade, gestão estratégica, ou seja, transferências de modelos de gestão empresarial para o interior da escola enquanto que, a segunda defende a gestão pela qualidade social, materializando-se no debate sobre gestão democrática e participativa sendo que, ambas as visões utilizam termos tais como democratização e participação na gestão assim sendo, as duas concepções remetem a projetos sociais distintos porém, a discussão sobre gestão e planejamento estratégico no conjunto do debate sobre a gestão democrática e participativa da escola são coisas diferentes portanto, destaca-se a necessidade da democratização da gestão da escola e de incentivar a sua autonomia enquanto que, a gestão pedagógica, administrativa e financeira exige da escola o comprometimento de varias tarefas, considerando as diversidades socioculturais como base para definir os projetos educativos; socializar o saber produzido coletivamente; desenvolver competências dos sujeitos para a vida social; entre outros aspectos.

A partir dessa complexidade, é necessário considerar a reflexão sobre a gestão da escola, pois, esta desempenha um papel importante na medida em que contribuem para tornar a escola mais eficiente no alcance dos seus objetivos sociais, o que implica em pensar a gestão para além da racionalização dos resultados financeiros destinados à escola, pelo planejamento das políticas

educacionais ou das rotinas administrativas. Doravante, é com base na complexidade que envolve o processo de gestão da escola, que se delata a necessidade de construirmos e reconstruirmos referências que encontrem parâmetros configurados, partindo da defesa da democracia como sistema político a ser, institucionalmente, consolidado que, ao invés de excluir segmentos, defenda a convivência e o respeito à diferença.

Observou-se que, essa situação se sustentou no argumento de que as instituições são homogêneas no que, todas as empresas devem ser organizadas do mesmo modo, inclusive as organizações educativas.

Dentre os trabalhos clássicos na área da administração, produzidos no início do século XX, estão o de Frederick Taylor que trata do problema da eficiência na empresa. Essa visão, implica numa maior estratificação do trabalho pois, cada trabalhador deve exercer uma tarefa bem específica não devendo interferir na tarefa de outro, delimitando aos trabalhadores, a responsabilidade a tarefas, burocraticamente, determinadas e inflexíveis, de caráter parcial.

A partir da pesquisa de Taylor outros estudos foram produzidos a partir de uma visão da administração como uma ciência. Entre esses estudiosos destacam-se os trabalhos produzidos por Henri Fayol que, ao considerar a administração como ciência, propôs as bases do processo de planejamento: previsão, organização, comando, coordenação e controle.

Assim sendo, podemos perceber que os conceitos clássicos da administração não dão conta das especificidades e complexidades da escola manejando a instituição escolar apenas em seus aspectos administrativos, burocráticos e instrumentais, negligenciando os elementos que envolvam a prática pedagógica. Enquanto que, no campo da educação tendo como base a análise que Benno Sander fez, foram destacados cinco enfoques que marcaram a administração da educação brasileira: o jurídico, o tecnocrático, o comportamental, o desenvolvimentista e o sociológico.

No período colonial até a década de 1930, foi adotado o enfoque jurídico que na prática, significou a transposição para o Brasil de princípios defendidos em países Europeus, em especial Espanha, Portugal e França. No momento em que ovem as mudanças na administração do Estado e da educação em decorrência

do movimento político e intelectual. Surgiu-se o enfoque tecnocrático que marcou as primeiras décadas do século XX, caracterizando-se assim, pela transposição de normas e princípios da administração empresarial para administração pública e para o campo educacional. No enfoque comportamental enfatiza a cooperação entre as dimensões humanas e institucionais da administração que está vinculada as proposições da Escola de Relações Humana oriundas dos Estados Unidos no início da década de 30, e por sua vez, sofreu influências dos teóricos da Escola Comportamentalista. Já no período de reconstrução econômico do pós-guerra, surgiu-se o enfoque desenvolvimentista momento em que se afirma a inadequação do modelo de administração tradicional para a administração pública dos países pobres.

Portanto, essa concepção perdurou, no Brasil, até a década de 1970, no momento em que passou a se contestar a forma que vinha sendo pensado o investimento em educação iniciando-se o enfoque apresentado por Sander (1995) é o enfoque sociológico que surgiu das contribuições das ciências sociais aplicadas e das percepções de autores latino-americanos com uma perspectiva da administração educacional refletindo os valores econômicos, políticos e culturais do contexto no qual a mesma ocorre.

Enfim, os anos oitenta e noventa leva a escola para o centro do debate educacional. Tendo como palavras-chaves autonomia e participação nesse debate, tanto na ótica governamental, quanto na dos setores sociais organizados vinculados à educação. Assim como a descentralização e democratização. A discussão adentrou-se na perspectiva de reconfiguração política do Estado brasileiro marcada pela “reforma do Estado”. Assim sendo, as mudanças ocasionadas pelas emergências desse novo paradigma reformistas foi fortemente influenciada pela competição internacional, ou seja, a globalização financeira.

Observei que, se tratando de formação de pessoas, a missão de cada Escola torna-se mais importante quando verificarmos o que diz a Lei de diretrizes e Bases da Educação no seu artigo 2º (...) “a missão de cada Escola, do gestor, do professor, é promover o pleno desenvolvimento do educando, preparando-o para a cidadania e qualificando-o para o trabalho”. Questiono-me será que as escolas cumpre seu papel de forma satisfatória para toda a sociedade? Pois, o pleno desenvolvimento significa dar conta de várias outras dimensões que,

trabalhadas, contribuem para a plenitude do ser humano. Se para cada atividade, o professor e toda a equipe escolar tivesse em mente que mediante suas ações estará promovendo o pleno desenvolvimento do educando! Com uma missão tão nobre, a escola precisa pensar sua administração e o dispositivo legal, que trata a lei 9.394/96.

No cenário educacional brasileiro, constitucionalmente, existe a possibilidade de atuarem diferentes concepções pedagógicas. Sendo assim, observamos as concepções liberais e progressistas de educação, que por sua vez influenciam na administração, organização e gestão escolar. Entretanto, as concepções liberais estão superadas pelas concepções progressistas e sociocráticas. Estas, por sua vez requerem uma postura renovada do gestor escolar, caracterizada pelo abandono da centralização do poder, da burocracia, do conservadorismo e, adotando uma postura mais dialógica, de divisão das responsabilidades, de uma administração que envolva todas as pessoas que compõem a estrutura, na qual estão ligadas ao processo de ensino-aprendizagem.

Administrar uma instituição escolar mediante a uma geração diversificada é permitir a participação de todos, para o aprendizado contínuo da equipe e a divisão de papéis. O diretor é o líder principal. Contudo, isso não impede a existência de outras lideranças que ajudem a gerir áreas específicas da escola, cabe a ele identificar competências e preferências de seus auxiliares para melhor aproveitar as habilidades de cada um.

Porém, para que ocorra de forma satisfatória o gestor escolar deve ter consciência de que o exercício de sua profissão está pautado no Projeto Político Pedagógico da escola, elaborado com a participação de toda a comunidade escolar. E que, por este motivo, torna-se fundamental para todo o desenvolvimento da organização escolar. A sua elaboração significa autonomia e identidade da escola. Por isso é importante que seja elaborado e atualizado a cada ano.

